



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria nº 389/2009.

BOA VISTA, 26 DE MARÇO DE 2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

5º DR/DPRF/MJ – 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal de Ministério da Justiça

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

PRF – Policial Rodoviário Federal

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

CNAE – Classificação de Nacional de Atividades Econômicas

UJ – Unidade Jurisdicionada

UCC – Unidade Centralizadora de Compra

UO – Unidade Orçamentária

CRET/RR - Comissão Regional de Educação para o Trânsito de Roraima

DITRAN – Divisão de Trânsito – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito

DETRAN/RR – Departamento Estadual de Trânsito de Roraima

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EAD - Educação e Segurança para o Trânsito

SAI – Sindicância Administrativa Investigativa

SAD – Sindicância Administrativa Disciplinar

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

CIGEST - Conselho Integrado para Gestão da educação e Segurança no Trânsito

SMTRAN – Secretaria Municipal de Trânsito

API/RR - Academia de Polícia Integrada de Roraima

ABIN - Agencia Brasileira de Inteligência

ÍNDICE

1.		
	IDENTIFICAÇÃO.....	08
2.	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICA.....	09
	2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	09
	2.1.1. COMPETÊNCIA.....	09
	2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	11
	2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	12
	2.3. PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	13
	2.3.2. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS.....	15
	2.3.2.1. AÇÃO 2C78 – ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DO	
	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	15
	2.3.2.2. AÇÃO 2524 – CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA	
	RODOVIÁRIA FEDERAL.....	15
	2.3.2.3. AÇÃO 2723 – POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS	
	FEDERAIS.....	17
	2.3.2.4. AÇÃO 2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	20
	2.3.2.5. AÇÃO 4290 – ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS.....	20
	2.3.2.6. AÇÃO 4526 - OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS	
	RODOVIAS FEDERAIS.....	21
	2.3.2.7. AÇÃO 8692 – EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS	
	FEDERAIS.....	23
	2.3.2.8. AÇÃO 8703 – ATIVIDADE CORREICIONAL.....	25
	2.3.3. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO.....	26
	2.3.3.1. AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.....	26
	2.3.3.2. AÇÃO 2003 – AÇÕES DE INFORMÁTICA.....	28
	2.3.4. PROGRAMA 1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA	
	FEDERAL.....	29
	2.3.4.1. AÇÃO 1835 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	29
	2.3.4.2. AÇÃO 200G – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA	
	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	29
	2.3.4.3. AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA	
	INFORMAÇÃO.....	
	2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	31

2.4.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	31
2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	31
2.4.3. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS.....	33
2.4.4. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	35
2.4.5. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	37
3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	39
3.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS.....	39
4. INSCRIÇÕES E PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR – EXERCÍCIO 2009.....	46
5. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS – EXERCÍCIO 2009.....	47
6A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	48
6B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	48
7. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....	48
8. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.....	48
9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	49

INTRODUÇÃO

O presente relatório busca apresentar as gestões desta Unidade durante todo o exercício de 2009. Está estruturado em observância aos normativos e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União, de tal sorte que encontra-se dividido em 09 itens, numerados de 1 a 9, seguindo a mesma sequência fixada nos normativos e orientações acima citados; porém com numeração própria, haja visto que alguns itens solicitados pelo Anexo II da Decisão Normativa 100/2009 não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade. Por sua vez, os itens aplicáveis a esta Unidade e aqueles para os quais não houveram ocorrências no período, se desdobram em sub itens, tendo como limite o numeral de quarta ordem, nos quais, neste particular, estão descritas as ações e as execuções orçamentárias de créditos originários e recebidos por movimentação.

A seguir estão relacionados os itens cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade, antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa 100/2009.

Letra “A”

- 04. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos
- 07. Previdência Complementar Patrocinada
- 08. Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos financiados com recursos externos
- 09. Renúncia Tributária
- 10. Operações de Fundos

Letra “B”

- 2. Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64, incluindo as notas explicativas
- 3. Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76, incluindo as notas explicativas
- 4. a) Composição acionária do capital social
 - b) Posição da UJ como detentora de investimento
- 5. Parecer de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Letra “C”

Todos os itens

As ações executadas iniciam-se com quadro contendo as informações relativas as mesmas, seguidas de descritivo das ocorrências do exercício elaboradas pelos responsáveis por suas respectivas

ações no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. A quantificação das despesas executadas para o desempenho das ações encontram-se nos sub itens referentes ao desempenho operacional da Unidade, inscrição em restos a pagar, transferências e execução física e financeira da ações realizadas pela Unidade.

Ressaltamos que no exercício sob exame foram executadas despesas através de recursos originados de outros órgãos e recebidos por esta Unidade nas seguintes ações: 8798-Apoio a Promoção de Boas Práticas de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, 2346-Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, 2347-Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário e 8855-Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública.

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal		Código SIORG: 704	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Quinto Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 5º DR/DPRF/MJ			
Código SIORG: 29305	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 200232	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(095) 3624 - 1166	(095) 3624 - 1164	(095) 3624 - 1166
Endereço eletrônico: sup.rr@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Professor Diomedes, 764 – São Vicente Boa Vista - Roraima CEP: 69303-450			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
* Constituição da República Federativa do Brasil, de 08 de outubro de 1988.			
* Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.			
* Portaria Ministério da Justiça nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.			
* Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1998.			
* Decreto Presidencial nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
NÃO EXISTEM.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200232	5º Distrito Regional do DPRF		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
“não se aplica”	“não se aplica”		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
“não se aplica”	“não se aplica”		

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICA

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.

2.1.1. COMPETÊNCIA

A malha rodoviária nacional é componente estratégico não apenas no desenvolvimento dos programas de Governo, mas também, como meio de circulação da produção nacional, pois representam elo de integração, diminuindo as distâncias entre os diversos pontos do País. Some-se a isto os demais seguimentos da população, que, por conta dos mais variados interesses, fazem uso das rodovias. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça, e que tem como principal função de Governo a segurança pública, devido a sua estrutura organizacional, atuando em todas as unidades da federação, é o contato direto e identificado do Estado com a população. Tem como principal atribuição a realização do policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, o que resulta na promoção da segurança do trânsito, preservando a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Suas competências e atribuições, de aplicação em todas as rodovias e estradas federais, encontram-se positivadas nos normativos:

* Constituição Federal de 1988, artigo 144, § 2º *“A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”*

* Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo 20

“Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos,

objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;”

Atua também, como guardião de nossas fronteiras através das rodovias e integra o Brasil a outros países da América do Sul.

Assim, além da própria competência estabelecida nos citados normativos, tem as seguintes atribuições:

- * realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- * exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- * aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores

decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção e atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

* realizar, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

* credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;

* assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas, executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido devido a grande extensão da malha viária das rodovias federais no estado de Roraima. Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, a exploração sexual infantil, o tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, contrabando, o descaminho, o transporte de materiais irregulares e falsificados, o assalto a usuários das rodovias, o roubo a cargas, dentre outros. Tais ilícitos causam prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram seu agente aplicador, em âmbito federal, na Polícia Rodoviária Federal.

O foco de atuação da Polícia Rodoviária Federal está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública nas rodovias federais, é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações

voltadas à prevenção e repressão das mais variadas ações criminosas que ocorrem em nossas rodovias.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevadas elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Desta forma, a atuação de Polícia Rodoviária Federal busca reduzir o número de acidentes em nossas rodovias federais, garantindo, assim, a redução do número de vidas ceifadas a cada ano.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país.

O atingimento de seus objetivos ocorre através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias à atividades de educação para o trânsito .

Desta forma, para o desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade fim, dotando-a dos meios necessários para tanto, quer seja equipamentos policiais atualizados, instalações físicas, sistema de comunicação, dentre outros.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A extrema carência de efetivo desta Unidade, a exemplo do vem ocorrendo em anos anteriores, continua a ser a maior dificuldade para o nível desejado de atuação da Polícia Rodoviária Federal no estado de Roraima. Todavia, tal carência, não se transforma em obstáculo para que busquemos sempre

fazer o máximo possível, pautados pela economicidade, legalidade e interesse público, buscando nas parcerias, na criatividade e no engajamento do corpo funcional a superação de tais dificuldades. A carência de efetivo, no entanto, tem reflexo no desempenho das atividades de sua competência, impossibilitando a presença da Polícia Rodoviária Federal de forma ininterrupta ao longo de nossa extensa malha viária, composta por rodovias e estradas federais, num total de 1.942km, o que contribuiu diretamente para a não prevenção de acidentes nestes trechos. Esta Unidade dispõe de dois postos de policiamento e fiscalização em condições de uso, no entanto, o atual efetivo permite ocupação em regime escalar de apenas um deste postos. O governo estadual, através de sua secretaria fazendária, disponibiliza parte de suas instalações, que estão localizadas as margens de nossas rodovias, para que a Polícia Rodoviária Federal possa atuar em conjunto na repressão/prevenção dos mais diversos ilícitos; no entanto, diante do reduzido efetivo, a Polícia Rodoviária Federal se faz presente de forma esporádica. Encerramos o ano de 2009 com 42 servidores, sendo 8 servidores administrativos 34 servidores policiais, dos quais 19 desempenham a atividade fim.

Uma das variáveis soluções para fazer frente a carência de efetivo são as ações desenvolvidas de forma integrada com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias, bem como a intensificação na fiscalização de embriagues na condução de veículos. Com o mesmo objetivo, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal orienta para que haja a participação dos policiais que desempenham atividade meio nos comandos específicos e nos comandos que são realizados em quando o volume de tráfego de nossas rodovias se eleva, como por exemplo, em decorrência de datas festivas.

A Polícia Rodoviária Federal se faz presente nas rodovias todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, quando são realizados comandos específicos, inclusive nos demais municípios do Estado onde exista rodovias federais. Desta forma, considerando que os servidores da Unidade estão lotados no município de Boa Vista, faz-se necessário a execução de

despesas com diárias nos finais de semanas e feriados para a realização dos referidos comandos. Outro fato que implica o pagamento de diárias nos finais de semana é a própria natureza da atividade policial, onde, invariavelmente, ocorre a convocação fora da programação, para que se possa atender eventos que não são possíveis de prever e que demandem um maior número de policiais na sua solução. Da forma, também foram pagas diárias nos finais de semana para atender a convocações, dentre as quais citamos os encontros anuais das respectivas coordenações, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nos casos em que a data de apresentação do servidor coincidiu com o primeiro dia útil da semana e a data de encerramento do evento o último dia da semana, uma vez que, pela localização geográfica da Unidade e pela disponibilidade de vôos de saída e chegada em Boa Vista, para atender as convocações, os deslocamentos ocorrem nos dias anterior e posterior à realização do evento.

A extrema carência de servidores nesta Unidade, tem reflexos, também, no desenvolvimento de suas atividades administrativas, ocupando todos os servidores com diversas atribuições e obrigando buscar a participação de servidores lotados na atividade fim da Polícia Rodoviária Federal em atividades administrativas, como exemplo, a atribuição do encargo de fiscal de contrato. Como forma de padronizar e atender as demandas de todas as unidades, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal usa como estratégia a figura da Unidade Centralizadora de Compra – UCC, utilizada nas aquisições de maior volume e padronizadas, como exemplo pneus e fardamento, onde apenas uma unidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal realiza o registro de preços e inclui como participante do referido registro as demais unidades. Tal procedimento é salutar, uma vez que as aquisições se mostram vantajosas em virtude da economia de escala e economizam tempo e dinheiro se compararmos com a realização de procedimentos, para adquirir o mesmo material, sendo realizado em separado por cada unidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em prosseguimento à adequação das instalações físicas desta Unidade, foi realizado procedimento licitatório destinado a contratar empresa do ramo para instalação de um poço artesiano para suprir a demanda de consumo de água do referido do posto de policiamento e fiscalização Água Boa, localizado no km 492 da BR 174. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, por intermédio de sua Superintendência Regional, pavimentou a área externa do referido posto, que passou a contar com área de abordagem, retenção e estacionamento de veículos.

No entanto, ainda que o posto de policiamento e fiscalização Água Boa seja dotado de toda a estrutura necessária para o seu pleno funcionamento, a extrema carência de s nesta Unidade, impede a ocupação em regime de escala do referido posto, sem prejuízo do posto de policiamento e

fiscalização Cauamé, que atualmente é o único posto utilizado como base dos operacional para que a atividade fim da Polícia Rodoviária Federal possa ser desenvolvida de maneira satisfatória nesta Unidade da federação

2.3. PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Além da execução de despesas com recursos dos programas de responsabilidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no exercício sob exame, esta Unidade executou despesas com recursos de programas de responsabilidade de outros órgãos da administração, cuja atuação está voltada à garantia de direitos e à segurança pública.

2.3.2. PROGRAMA 0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente do programa	Hélio Cardoso Derenne
Responsáveis pelo programa no âmbito da UJ	Núcleo de Policiamento e Fiscalização
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público alvo (beneficiários)	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

2.3.2.1. AÇÃO 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Lejandre Monteiro
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Considerando a carência de efetivo lotado nesta Unidade, esta ação não foi executada no exercício sob exame. Foram disponibilizados créditos no valor total de R\$ 20,00 (vinte reais) para abertura de empenhos nas naturezas de despesas correspondentes a diárias e passagens, e que, em virtude de sua não utilização, foram anulados em seguida e devolvidos os referidos créditos.

2.3.2.2. AÇÃO 2524 - Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

A execução financeira dos créditos empenhados da Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal foi referente a pagamento de passagens, diárias, inscrição em cursos, material específico de capacitação aos servidores do 5ºDRPRF/RR, sendo que R\$ 14.912,47 foram gastos com diárias, R\$ 10.941,41 foram gastos com passagens e R\$ 150,00 foram gastos com inscrição em curso de capacitação.

Foram realizados 16 ações de capacitação, onde através destas foram atendidos mais de 50% do efetivo do 5ºDRPRF/RR.

Dentre as dezesseis atividades de capacitação, oito não necessitaram de recurso do DPRF.

Faltou recurso para contemplar cursos que foram solicitados pelo Gestor da Frota e pelo Chefe do Núcleo Administrativo Pessoal.

Os principais parceiros foram: Academia de Polícia Integrada de Roraima -API/RR oferecendo vagas nos Cursos de Motociclista Operacional e Batedor e Curso de Especialização em Força Tática; Agencia Brasileira de Inteligência – ABIN oferecendo vaga no Curso Básico de Inteligência; CESPE oferecendo vagas no Curso de Direitos Humanos e Abuso de Autoridades.

As atividades executadas em 2009 foram as seguintes:

Nome do curso	Regional	H/A	Período	Efetivo	FG	DAS	Local
Programa de Atualização Policial Modulo III - Policiamento e Fiscaliz. Talão Eletrônico	5ºDRPRF/RR	20	15/01 a 15/01	15			Boa Vista /RR
Programa de Atualização Policial Modulo III - Policiamento e Fiscaliz. Talão Eletrônico	5ºDRPRF/RR	20	03/02 a 03/02	11			Boa Vista /RR
Curso de Formação – Armas Longas - Instrutor Aguiar	5ºDRPRF/RR	60	05/03 10/06	1			Belém/PA
Curso de Formação – Educação para o Trânsito - Instrutor Queiroz	5ºDRPRF/RR	20	05/03 a 13/03	1			Cuiabá/MT

XV Técnicas Policiais de Combate ao Crime	5ºDRPRF/RR	197	19/05 a 04/06	2			Brasília/DF
Curso de Especialização em Força Tática	5ºDRPRF/RR	80	17/06 a 05/08	1			Boa Vista /RR
Otenarco IV	5ºDRPRF/RR	80	06/05 a 22/05	2			Campo Grande/MS
Curso de Motociclista Operacional e Batedor	5ºDRPRF/RR	80	07/07 a 17/07	2			Boa Vista /RR
Workshop – Educação para o Trânsito	5ºDRPRF/RR	40		1			Cachoeira Paulista/SP
Atualização de Técnicas para Gestores	5ºDRPRF/RR	40		1			Cachoeira Paulista/SP
Treinamento para o Combate ao Tráfico de Armas, Munições e Explosivos	5ºDRPRF/RR	130	11/08 a 27/08	1	1		Brasília/DF
Capacitación de Rastreo e Identificación de Armas, Municiones y Explosivos	5ºDRPRF/RR	20	23/08 a 24/08	1	1		Brasília/DF
Convênio CESPE - Curso de Direitos Humanos e Abuso de Autoridade	5ºDRPRF/RR	24	18/08 a 20/08	14	2		Boa Vista /RR
Curso Básico de Inteligência	5ºDRPRF/RR	80	11/09	1			Boa Vista /RR
Programa de Atualização Policial Modulo IV - Acidentes	5ºDRPRF/RR	8	15/12 a 15/12	13	2		Boa Vista /RR
Programa de Atualização Policial Modulo IV - Acidentes	5ºDRPRF/RR	8	16/12 a 16/12	11	4		Boa Vista /RR
TOTAIS		907		78			

2.3.2.3. AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnica. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Atividades

Operação Conjunta com outros Órgãos	Curare	30/3/2009	8/4/2009	Pacaraima-RR
	Braço Forte V	6/6/2009	9/6/2009	Boa Vista/Cantá-RR
	PORTAL DA AMAZÔNIA	9/6/2009	24/6/2009	Porto Velho-RO
	TURIAWCA	29/7/2009	21/7/2009	Buriticupu-MA
	Segurança Presidencial	12/9/2009	14/9/2009	Bonfim-RR
	Comando Nacional - RNTRC	9/11/2009	13/11/2009	Boa Vista-RR
	Transporte Seguro	22/11/2009	28/11/2009	Manaus-AM
Apoio a outros órgãos	Sinalização e Controle de Fluxo	17/1/2009	17/1/2009	Boa Vista-RR
	Colaboração em pesquisa na área de saúde	24/1/2009	24/1/2009	Boa Vista-RR
	Simulado de Acidentes de Trânsito	5/2/2009	10/2/2009	Boa Vista-RR
	Notificação em Faixa de Domínio	18/2/2009	18/2/2009	Boa Vista-RR
	Sinalização e Controle de Fluxo	18/2/2009	18/2/2009	Boa Vista-RR
	Eleição de Amajari	1/3/2009	1/3/2009	Boa Vista-RR
	Realização de teste de alcoolemia	9/3/2009	9/3/2009	Boa Vista-RR
	Abordagem a ônibus	10/4/2009	10/4/2009	Boa Vista-RR
	Sinalização e Controle de Fluxo	10/4/2009	10/4/2009	Boa Vista-RR
	Sinalização e Controle de Fluxo	24/4/2009	24/4/2009	Bonfim-RR
	Notificação em Faixa de Domínio	13/5/2009	13/5/2009	Boa Vista-RR
	Fecha CPC	5/6/2009	5/6/2009	Boa Vista-RR
	Fecha CPC	17/6/2009	17/6/2009	Boa Vista-RR
	Fecha PM	2/7/2009	3/7/2009	Boa Vista-RR
	Exploração Sexual e Venda de Bebida a Menores	17/7/2009	17/7/2009	Boa Vista-RR
	Fecha Capital	21/8/2009	22/8/2009	Boa Vista-RR
	Fiscalização de Transporte Intermunicipal	1/9/2009	30/9/2009	Boa Vista-RR
	Sinalização e Controle de Fluxo	6/9/2009	6/9/2009	Boa Vista-RR
	Faixa de Domínio	2/10/2009	2/10/2009	Rorainópolis-RR
	Sinalização e Controle de Fluxo	5/10/2009	5/10/2009	Boa Vista-RR
	Simulado de Acidentes de Trânsito	7/10/2009	7/10/2009	Boa Vista-RR
	Sinalização e Controle de Fluxo	20/10/2009	20/10/2009	Boa Vista-RR
	Transporte Clandestino	21/10/2009	24/10/2009	Boa Vista-RR
	Notificação em Faixa de Domínio	5/11/2009	5/11/2009	Boa Vista-RR
	Simulado de Acidente Aéreo	27/11/2009	27/11/2009	Boa Vista-RR
	Feriados e Festividades Nacionais	VERÃO 2008/2009	1/1/2009	15/2/2009
CARNAVAL		20/2/2009	25/2/2009	Boa Vista-RR
SEMANA SANTA		9/4/2009	12/4/2009	Boa Vista-RR
TIRADENTES		18/4/2009	21/4/2009	Boa Vista-RR
DIA DO TRABALHADOR		30/4/2009	3/5/2009	Boa Vista-RR
CORPUS CHRISTI		11/6/2009	14/6/2009	Boa Vista-RR
SETE DE SETEMBRO		4/9/2009	7/9/2009	Boa Vista-RR
NOSSA SENHORA APARECIDA		9/10/2009	12/10/2009	Boa Vista-RR
FINADOS		30/10/2009	2/11/2009	Boa Vista-RR
FIM DE ANO		13/12/2009	31/12/2009	Boa Vista-RR
Feriados e Eventos Regionais	Micaraima	6/3/2009	9/3/2009	Pacaraima-RR
	Cupuaçu	28/5/2009	01/06/09	Manaus-AM
	PRE-CAJAI	26/9/2009	26/9/2009	Mucajai-RR
	Feira Indígena	6/11/2009	9/11/2009	Pacaraima-RR
	Arrancadão Extreme 2009	19/11/2009	20/12/2009	Boa Vista-RR

	EXPOFERR	29/11/2009	6/12/2009	Boa Vista-RR
Escolta/Batedor	Batedor de veículo em emergência	3/1/2009	3/1/2009	Boa Vista-RR
	Escolta/Batedor	5/2/2009	5/2/2009	Rorainópolis-RR
	Batedor de veículo superdimensionado	2/3/2009	2/3/2009	Boa Vista-RR
	Batedor de veículo em emergência	29/3/2009	29/3/2009	Boa Vista-RR
	Batedor de veículo superdimensionado	3/4/2009	3/4/2009	Boa Vista-RR
	Batedor de veículo em emergência	9/4/2009	9/4/2009	Boa Vista-RR
	Manifestação de Rizicultores	30/4/2009	30/4/2009	Boa Vista-RR
	Batedor de veículo superdimensionado	1/5/2009	1/5/2009	Boa Vista-RR
	Procissão de Nossa Senhora de Fátima	13/5/2009	13/5/2009	Boa Vista-RR
	Batedor de veículo superdimensionado	11/6/2009	11/6/2009	Boa Vista-RR
	Tocha da Pátria	1/9/2009	1/9/2009	Cantá-RR
	Cavalgada da Semana Farroupilha	11/9/2009	11/9/2009	Boa Vista-RR
	Sinalização e Controle de Tráfego	Interrupção de Pista por construção/reparo	3/3/2009	3/3/2009
Interrupção de Pista por construção		15/3/2009	20/3/2009	Boa Vista-RR
Interrupção de Pista por construção		30/3/2009	4/4/2009	Boa Vista-RR
Interrupção de Pista por reparo em sist. Telefonía		6/4/2009	6/4/2009	Boa Vista-RR
Reparo na Ponte dos Macuxis		22/4/2009	24/4/2009	Boa Vista-RR
Simulado de Emergência com Produtos Perigosos		30/5/2009	30/5/2009	Caracarai-RR
Interrupção de Pista por construção		21/7/2009	22/7/2009	Boa Vista-RR
Interrupção de Pista por construção		6/8/2009	8/8/2009	Boa Vista-RR
Interrupção de Pista por construção		20/8/2009	30/8/2009	Boa Vista-RR
Interrupção de Pista por construção		3/9/2009	9/9/2009	Boa Vista-RR
Interrupção de Pista por construção		5/9/2009	15/9/2009	Boa Vista-RR
Interrupção de Pista por construção		8/10/2009	12/10/2009	Boa Vista-RR
Corrida Ciclística e Pedestre		17/10/2009	17/10/2009	Cantá-RR
Simulado de Emergência com Produtos Perigosos	18/10/2009	18/10/2009	Caracarai-RR	
Interrupção de Pista por construção	28/10/2009	28/10/2009	Boa Vista-RR	

Durante o exercício de 2009, o 5º DRPRF/RR, através do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, realizou várias operações com o fim de promover nas rodovias e estradas federais, no âmbito do estado de Roraima, o policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito, principalmente nas Rodovias BR 174, BR 401, por concentrarem o maior fluxo de veículos automotores do estado, sem olvidar as demais rodovias e estradas federais; realizou Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas), como o voltado à fiscalização do Registro Nacional dos Transportadores de Carga; Intensificou o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais, seguindo o planejamento da Coordenação Geral de Operações – CGO/DRPRF, no que concerne ao previsto na IS nº 004/2008; Consoante à redução de acidentes e vítimas (feridos e mortos), pode-se observar, de acordo com os quadros estatísticos acima explicitados, que houve uma redução nos números de acidentes e, por conseguinte, no número de vítimas fatais.

A grande redução de efetivo da regional, que vem ocorrendo sistematicamente durante os últimos anos, o que acarreta diretamente na redução dos números de produtividade, como infere-se dos gráficos e quadros deste relatório, pois houve uma redução de aproximadamente 35% no números de mortos e apenas um aumento de 4,56% no número de vítimas (feridos e mortos), com uma redução considerável de 11,64% no número de acidentes. Decerto, com a edição da Portaria nº 030/2009 da Direção Geral do DPRF, que instituiu metas de procedimentos mínimos à serem realizados pelos servidores policiais, foi necessário realizar uma adequação do modus operandi dos procedimentos de fiscalização e policiamento, o que dificultou na manutenção dos números de procedimentos ligados ao combate à criminalidade, policiamento ostensivo e demais atividades correlatas.

A fim de atender as metas deste Programa/Ação, o 5ºDRPRF/RR juntou esforços com outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal; na área de fiscalização de trânsito foram realizadas operações em conjunto com o DETRAN/RR e o Órgão Municipal de Trânsito – DMTRAN, órgão da Prefeitura de Boa Vista.

2.3.2.4. AÇÃO 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Josemar Monteiro Barros
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Considerando a carência de efetivo lotado nesta Unidade, esta ação não foi executada no exercício sob exame. Foram disponibilizados créditos no valor total de R\$ 20,00 (vinte reais) para abetura de empenhos nas naturezas de despesas correspondentes a diárias e passagens. No entanto, em virtude das substituições seguidas da ausência de servidores, não foi desenvolvida a ação em comento. Conseqüentemente, os créditos inicialmente citados foram devolvidos.

2.3.2.5. AÇÃO 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde

	a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Lejandre Monteiro
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Atividades

Comandos Preventivos	Comando Educativo	19/2/2009	19/2/2009	Boa Vista-RR
	Comando de Saúde Rodoviário	18/3/2009	18/3/2009	Boa Vista-RR
	Comando Educativo	1/4/2009	1/4/2009	Boa Vista-RR
	Comando de Saúde Rodoviário	30/6/2009	30/6/2009	Boa Vista-RR
	Comando Educativo	19/9/2009	19/9/2009	Boa Vista-RR
	Comando de Saúde Rodoviário	1/12/2009	1/12/2009	Boa Vista-RR

Durante o exercício de 2009, o 5º DRPRF/RR, através do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, realizou comandos de saúde preventivos – Comando de Saúde nas Rodovias e Estradas Federais, com fito em prestar atendimento ambulatorial aos motoristas e usuários da rodovia, com foco nos motoristas profissionais.

A falta de um quantidade maior de servidores capacitados à operar equipamentos utilizados nos Comandos Médicos dificulta o aumento da amplitude de usuários atingidos pela presente ação.

A fim de atender as metas deste Programa/Ação, o 5ºDRPRF/RR uniu esforços com outros órgãos da Administração Pública Federal – Exército Brasileiro, bem como do Sistema S – Sest-Senat, sob coordenação da DISAS – Divisão de Saúde e Assistência Social/CGRH/DPRF, com o fim de prover melhor as ações do Comando de Saúde nas Rodovias Federais.

2.3.2.6. AÇÃO 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Geovanni Bosco Farias di Mambro
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Atividades

Operação/Ação	Período	Local	Observação	
NOE Nacional (ONN 1)	3/2/2009	3/2/2009	Boa Vista-RR	Exploração Sexual e Falsificação

NOE Nacional (ONN 2)	4/3/2009	4/3/2009	Boa Vista-RR	Foragidos da Justiça
OTENARCO III	30/3/2009	6/4/2009	Cuiabá-MT	Operação Temática de Combate ao Tráfico de Drogas
NOE Nacional (ONN 3)	8/4/2009	8/4/2009	Boa Vista-RR	Embriagues ao Volante
Fronteira Leste	26/4/2009	26/4/2009	Bonfim-RR	Combate ao Crime na Fronteira
OTENARCO IV	9/5/2009	22/5/2009	Campo Grande-MS	Operação Temática de Combate ao Tráfico de Drogas
Mapear 2009	10/8/2009	15/8/2009	BR's em Roraima	Exploração Sexual Infanto-Juvenil
Fronteira Norte I	20/8/2009	25/8/2009	Pacaraima-RR	Combate ao Crime na Fronteira
Ação de repressão ao Contrabando/Descaminho	3/9/2009	3/9/2009	Cantá-RR	Conjunta com a Receita Federal
REFRON I	17/9/2009	17/9/2009	Bonfim-RR	Reconhecimento de Fronteira com a Guiana
Crime Ambiental	2/10/2009	2/10/2009	Caracarai-RR	Denúncia de Transporte Ilegal de Madeira
NOE Nacional (ONN 5)	9/10/2009	10/10/2009	Iracema-RR	Exploração Sexual Infanto-Juvenil
Fronteira Norte II	6/11/2009	9/11/2009	Pacaraima-RR	Combate ao Crime na Fronteira
NOE Nacional (ONN 6)	4/12/2009	5/12/2009	Boa Vista-RR	Contrabando/Descaminho e Pirataria
Curare	30/03/09	8/4/2009	Pacaraima-RR	Conjunta com Exército, MPF, MPT, RF e PF
Braço Forte V	6/6/2009	9/6/2009	Boa Vista/Cantá-RR	Operação Conjunta com o Exército Brasileiro
PORTAL DA AMAZÔNIA	9/6/2009	24/6/2009	Porto Velho-RO	Conjunta com o IBAMA

Durante o exercício de 2009, o 5º DRPRF/RR, através do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, realizou operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim, podendo-se destacar a realização de 14 operações de combate ao crime de média/grande envergadura, com apoio/coordenação da Divisão de Combate ao Crime, às ONN – Operação NOE Nacional (um total de 6 operações), voltada à prevenção/repressão de crimes nas rodovias. Operações em Conjunto com o Exército Brasileiro no combate à criminalidade nas regiões de fronteira. Operação de Segurança do Presidente da República, em visita ao Estado. Destaca-se a atuação do Grupo de Operações Especiais do 5ºDRPRF/RR que deu executoriedade à grande maioria das operações constantes no quadro supracitado, constatando-se que o emprego de uma unidade de policiamento especializado, devidamente capacitada e orientada ao combate à criminalidade, com ações pautadas no uso progressivo da força e ditadas pelas regras de Direitos Humanos trás resultados satisfatórios, bem como uma resposta à sociedade com base em princípios de polícia comunitária. Participação de integrantes do Grupo de Operações Especiais/5ºDRPRF/RR em operações em conjunto com outros órgãos – IBAMA, Exército Brasileiro, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar do Estado de

Roraima.

A grande redução de efetivo da regional, que vem ocorrendo sistematicamente durante os últimos anos, acarreta diretamente na redução dos números de produtividade, concomitantemente com a dificuldade de manutenção de servidores policiais lotados em áreas da atividade fim voltadas ao combate à criminalidade. Decerto, torna-se imperiosa a manutenção de um grupo específico, constantemente capacitado, a fim de agir pontualmente e de maneira preventiva, com fito exclusivo na redução das graves ameaças trazidas pelo crime organizado, agindo com apoio de áreas ligadas à serviços governamentais de inteligência e afins.

Contratações e Parcerias: A fim de atender as metas deste Programa/Ação, o 5ºDRPRF/RR uniu esforços com outros órgãos da Administração Pública Federal – Exército Brasileiro, Polícia Federal. Destaca-se a participação da Polícia Rodoviária Federal no Gabinete de Gestão Integrada – GGI, que interliga todos os órgãos de segurança pública instalados no estado, bem como promove a inter-comunicação, ações em conjunto, rapidez na resolução de crises envolvendo a prática de delitos, etc.

2.3.2.7. AÇÃO 8692 - Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Maria Isabel Nogueira de Faria
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

A equipe que em 2009 integrou a Comissão Regional de Educação para o Trânsito de Roraima - CRET/RR (conforme Port. Nº 059, de 15 de maio de 2009, publicada nos moldes da minuta constante no Memorando Nº 439/DITRAN/DPRF) empregou os servidores abaixo listados:

- Presidente: PRF Alessandro Queiroz de Souza, mat. 1542299 (Q. Souza);
- Assistente Pedagógico: Paulo José Gomes Filho, mat. 1541833 (Paulo Filho)
- Assistente Administrativo: PRF Márcia Regina Bergman, mat. 1301719 (Bergmann).

O Estado de Roraima conta com uma malha viária de cerca de 1.800 Km e com 15 municípios. Em 2009, o 5º DRPRF/RR dispunha de somente de 05 servidores administrativos e 33 PRFs, dos quais 10 estavam efetivamente trabalhando na Sede Distrital, desempenhando atividades

vitais para o funcionamento da Regional e de suporte à atividade-fim. Os integrantes da CRET/RR não se dedicaram exclusivamente às ações de educação para o trânsito, desempenhando cumulativamente outros encargos.

A CRET/RR atuou quase que exclusivamente no município de Boa Vista, considerando a insuficiência de recursos humanos na regional e de recursos para as despesas de deslocamento e diárias necessárias para atendimento ao interior do estado.

Os trabalhos foram voltados, sobretudo, às grandes corporações (empresas, faculdades, igrejas, etc.). Palestras e blizes educativas lideraram as ações no Estado. A CRET/RR realizou poucas ações pontuais, privilegiando um trabalho de articulação. Esteve presente no CIGEST (Conselho Integrado para Gestão da educação e Segurança no Trânsito) e no Conselho Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial de Boa Vista. Envolveu-se intimamente nas ações municipais ligadas ao trânsito, devido, sobretudo, à parceria em alguns Comandos Educativos realizados com o SMTRAN e ao “Espaço Vida”, projeto de autoria do PRF Queiroz que encontrou apoio no então Secretário Municipal de Trânsito. Mais que ações isoladas, os PRFs participaram de muitas discussões e decisões que nortearam o trânsito na Capital. Ressalta-se que Boa Vista possui duas rodovias cortando trechos urbanos.

Existia a necessidade de materiais de apoio de mídia (como filmadoras, projetores e câmeras digitais), material que CRET/RR até hoje não possui. Em Roraima, os dados no Educatran (Sistema da PRF de controle nacional das ações das CRETs) foram inseridos e atualizados pelo presidente da Comissão Regional.

Nas escolas das redes pública e particular, foram utilizados os recursos Camaradinha Rodoviário, Multa Mirim e Jogos de Tabuleiro, confeccionados no 2º semestre de 2008. Empregaram-se ainda e-books elaborados pelo DENATRAN, disponíveis no site do órgão.

A CRET/RR também participou dos Comandos de Saúde nas Rodovias, prestando esclarecimentos à população e dando orientações visando segurança no trânsito, valendo-se para isso de panfletos e faixas.

Na Semana Nacional do Trânsito de 2009, a CRET/RR promoveu um concurso temático de fotos, cuja premiação foi cedida pelo DETRAN/RR, parceiro nesta ação. O recurso da Regional para a ação 8692 foi empregado na impressão da arte do regulamento do concurso, distribuído à população, a qual foi convidada a participar do evento.

O curso EAD de Educação e Segurança para o Trânsito do DPRF foi elaborado a partir de material produzido pelos presidentes das CRETs de Roraima e Minas Gerais.

Quanto aos resultados, que podem facilmente serem consultados no Sistema Educatran, Roraima ficou em 11º lugar considerando o público atingido pelas ações. Contudo, se considerarmos como índice o maior alcance em função do menor gasto, Roraima ficou em 1º lugar, aproveitando com extrema eficiência os R\$ 260,00(duzentos e sessenta reais) que lhe foram destinados como verba anual.

Finalizando, no que tange à avaliação das ações de educação para o trânsito desenvolvidas em Roraima, o resultado foi satisfatório, tendo a CRET/RR realizado 12 ações, divididas em 7 palestras, 3 comandos educativos e 2 exposições, alcançando diretamente um público de 8.485 pessoas. Os pontos a serem melhorados são o aumento do efetivo, que permitiria servidores exclusivamente dedicados aos trabalhos da Comissão e aporte na verba da Regional, que se tivesse sido maior, talvez permitisse mais ações e maior alcance social.

2.3.2.8. AÇÃO 8703 - Atividade Correicional

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Cidenor Guerra
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

A execução financeira dos créditos empenhados da Ação 8703 – Atividade Correicional foi integralmente referente a pagamento de diárias, tanto a servidores membros de Comissões Disciplinares, sejam SAI, SAD ou PAD, quanto a um estágio de rotina Correicional junto à Corregedoria Geral em Brasília.

Nesta unidade todos os servidores residem e trabalham em Boa Vista-RR. Devido a esse fato, observamos que os gastos envolvendo a parte correicional preventiva são poucos, pois atividades como reuniões, palestras, Acompanhamento Gerencial de Serviço - AGS não acarretam em despesas com diárias ou passagens por não provocarem deslocamentos da localidade onde o servidor tem exercício.

Por outro lado, nossa Regional tem um efetivo extremamente reduzido, o que provoca uma constante dificuldade em se designar Comissões com servidores lotados neste Distrito Policial. Outrossim, em razão da grande quantidade de servidores removidos à outras unidades, faz-se mister,

em alguns casos, o deslocamento do servidor, ou da comissão, para prover algumas fazes peculiares do processo, tais como interrogatório, indiciamento, citação e a própria defesa.

Da análise da execução da despesa, informamos que foram utilizados R\$ 659,60 com diárias para membros de comissões, onde esses deslocamentos objetivaram diligenciar fatos ocorridos em outros municípios desse estado, R\$ 1.314,92 com diárias para um estágio de Rotina Correicional junto à Corregedoria Geral em Brasília em razão da substituição do titular dessa corregedoria em julho de 2009.

Apesar da disponibilidade de recurso ter sido um pouco maior do que o valor gasto, não conseguimos concluir a instrução de um dos nosso PAD em razão da necessidade de interrogatório presencial com um servidor hoje lotado em outra unidade, no qual o valor para passagens e diárias do servidor não foram suficientes, trazendo prejuízo de cunho prescricional à este processo.

Com relação à meta física, esta refere-se ao quantitativo de processos disciplinares vigentes no 5º DRPRF/MJ. Essa unidade atingiu uma redução de 86,36% no número de denúncias em relação a 2008 e, em relação a redução no número de procedimentos disciplinares pendentes, conseguimos reduzir em 51,85%.

2.3.3. PROGRAMA 0750 APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos específicos	Não existe
Responsáveis pelo programa no âmbito da UJ	Gabinete
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não existem
Público alvo (beneficiários)	Governo

2.3.3.1. AÇÃO 2000 - Administração da Unidade

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de

	terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Esta ação representa o maior volume de gastos da Unidade. Fornece os meios necessários para que a Polícia Rodoviária Federal desenvolva plenamente sua atividade fim na consecução de seus objetivos e, também, atende as demanda da atividade meio. Embora representem o maior volume de recursos executados, sua manutenção é condição indispensável para o salutar desenvolvimento das atividades fim e meio desta Unidade. Dentre as demandas atendidas por esta ação encontram-se:

- * Água encanada e tratamento de esgoto
- * Energia Elétrica
- * Material de consumo
- * Locação de mão-de-obra
- * Imprensa nacional
- * Concessão de bolsa de estágio
- * Diárias administrativas
- * Remoção de servidores
- * Licenciamento da frota de veículos
- * Publicidade legal
- * Terceirização

Para a realização de despesas com deslocamentos, ou seja, despesas com diárias e/ou passagens, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal estabeleceu limites de valores para esta Unidade, não sendo possível pactuar metas para estas despesas uma vez que ocorrem em função das demandas que se apresentam no decorrer do exercício. As despesas desta ação atenderam as convocações feitas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no exercício sob exame, bem como atenderam as demandas originadas nesta Unidade.

As transferências de recursos do exercício sob exame referem-se a convênio destinado à concessão de bolsa de estágio para alunos regularmente matriculados na rede de ensino, firmado entre

este 5º DR/DPRF/MJ e o Instituto Euvaldo Lodi - IEL e que teve seu termo final em novembro deste exercício. O número de vagas de estágio desta Unidade esteve limitada a 06(seis), sendo 05(cinco) para nível médio e 01(uma) para nível superior.

No exercício sob exame foram realizados procedimentos licitatórios para a contratação dos serviços terceirizado de limpeza e conservação e de vigilância para adequação à regulamentação trazida pela Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008. Por seuturno, o Tribunal de Contas da União, através de Representação da Unidade Técnica – TC nº 013.016/2009-1, acerca de possíveis irregularidades na contratação do serviço de vigilância armada. Diante dos fatos trazidos a luz pela citada Representação, esta Unidade busca a parceria com os demais órgãos da administração direta no estado de Roraima, que necessitam dispor do serviço de vigilância armada, para a realização de um único pregão – sistema de registro de preços, que contemple a participação de todos os referidos órgãos. Neste caso, como todas as demandas estariam concentradas em um único procedimento, o valor da licitação se eleva consideravelmente, se compararmos como o valor contrato por cada órgão, o que certamente servirá de atrativo para que empresas sediadas em outras Unidades da Federação participem do respectivo certame, privilegiando a economia de escala.

Os reflexos da carência de efetivo não é privilégio desta ação, dado que o volume de atividades a serem desenvolvidas em um procedimento licitatório para a contratação de serviços tercerizados, por exemplo, demandam tempo, envolvem várias pessoas e requerem a atuação de servidor com conhecimentos na área de compras públicas. Os reflexos continuam na designação de servidor para acompanhamento do contrato e aplicação do que foi avençado e do que consta nos respectivos normativos que regem a matéria. No entanto, conseguimos atender as demandas de competência desta ação, proporcionando, assim, condições satisfatórias de trabalho para todos setores desta Unidade.

2.3.3.2. AÇÃO 2003 - Ações de Informática

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	DITEL/CGPLAM
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Foi adquirido um equipamento terrômetro, destinada a mensurar a qualidade do aterramento da rede elétrica dos aparelhos de informática e telecomunicações. Este equipamento foi adquirido através de adesão a registro de preços.

Esta ação é nova, não existia no ano anterior. Por isso, não houve planejamento em relação a ela.

2.3.4. PROGRAMA 1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.
Gerente do programa	Hélio Cardoso Derenne
Responsáveis pelo programa no âmbito da UJ	Núcleo de Policiamento e Fiscalização
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

2.3.4.1. AÇÃO 1835 - Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Ednilson Bruno
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

No exercício de 2009 foi possível adquirir diversos equipamentos de informática e telecomunicações destinados à implantação do sistema de telefonia VoIP do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Além disso, foram adquiridos equipamentos de radiocomunicação e ferramentas para manutenção dos sistemas de comunicação, como exemplo, wattímetro e frequencímetro.

Além do efetivo reduzido, encontramos problemas com demora na entrega de diversos equipamentos por parte dos fornecedores.

2.3.4.2. AÇÃO 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Rommel Brandão
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

No intuito de complementar as instalações do Posto de Fiscalização P03 (Água Boa), edificado no KM 492 da BR 174, em Boa Vista – Roraima, nesta ação em 2009, foi contratada empresa para construção de poço semi-artesiano.

Com a implantação do poço o posto foi dotado de abastecimento d'água, o que permitirá que os servidores e cidadãos, que farão uso do mesmo, tenham condições mínimas de higiene e saúde.

O gasto total com a referida contratação foi de R\$ 30.140,00 (trinta mil cento e quarenta reais), o que corresponde à totalidade dos gastos nessa ação durante o ano de 2009.

Ainda no exercício 2009 foi firmada parceria com o DNIT com o propósito de criação do pátio e da área de abordagem para o Posto 03 (Água Boa). Desta forma, foram executados serviços de nivelamento do terreno e pavimentação, totalizando uma área de aproximadamente 6.000 m².

Cabe ressaltar que o Posto de Policiamento e Fiscalização 03, ainda necessita de investimentos em sua infraestrutura para o seu pleno funcionamento, como por exemplo: melhoria do sistema de iluminação e construção de muro de proteção.

2.3.4.3. AÇÃO 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas, e
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Ednilson Bruno
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

No exercício de 2009, foi possível prover esta Unidade com a capacidade de receber e realizar ligações telefônicas, além de permitir a utilização de um sistema móvel de autuações de veículos.

A principal dificuldade enfrentada foi o reduzido número de servidores alocados na área de informática desta Unidade.

Foi contratada a empresa Telemar Norte Leste S/A. para o serviço de telefonia fixa, Brasil Telecom S/A para o serviço de telefonia fixa longa distância e TNL PCS S/A para o serviço de transmissão de dados através do celular (usado nos dispositivos móveis). No entanto, não conseguimos concluir os procedimentos para a contratação do serviço de telefonia móvel celular, passando para o próximo exercício a conclusão dos referidos procedimentos.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não houve ocorrências no período.

2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não houve ocorrências no período.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	844.712,96	764.039,99	769.063,87	682.998,28
Convite	92.707,41	0,00	92.707,41	0,00
Tomada de Preços	0,00	34.998,75	0,00	30.140,00
Concorrência	21.500,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	730.505,55	729.041,24	676.356,46	652.858,28
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00

Contratações Diretas	147.665,16	147.247,07	86.389,57	129.256,08
Dispensa	120.708,61	107.497,22	67.263,61	93.338,53
Inexigibilidade	26.956,55	39.749,85	19.125,96	35.917,55
Regime de Execução Especial	0,00	2.000,00	0,00	752,90
Suprimento de Fundos	0,00	2.000,00	0,00	752,90
Pagamento de Pessoal	58.428,10	85.770,50	48.019,03	72.198,45
Pagamento em Folha (auxílio funeral)	6.334,90	0,00	6.334,90	0,00
Diárias	52.093,20	85.770,50	41.684,13	72.198,45
Outros	74.837,45	82.632,30	60.534,30	65.944,68

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	6.334,90	0,00	6.334,90	0,00	0,00	0,00	6.334,90	0,00
1º elemento de despesa	6.334,90	0,00	6.334,90	0,00	0,00	0,00	6.334,90	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	952.058,59	998.289,01	790.421,69	879.145,29	160.494,08	286.928,57	629.927,61	592.216,72

1º elemento de despesa	380.176,09	336.574,64	358.676,09	334.096,13	102.200,42	124.042,66	325.837,32	283.857,98
2º elemento de despesa	197.899,28	229.075,36	151.106,44	203.398,20	32.838,77	74.864,94	98.032,81	95.124,32
3º elemento de despesa	194.952,80	184.701,07	123.487,70	169.989,26	25.454,89	50.238,15	80.859,06	79.355,54
Demais elementos do grupo	179.030,42	247.937,94	157.151,46	171.661,70	0,00	37.782,82	125.198,42	133.878,88

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	167.250,18	83.400,85	167.250,18	72.005,10	86.851,80	36.786,10	80.398,38	35.219,00
1º elemento de despesa	92.707,41	48.402,10	92.707,41	41.865,10	12.548,74	36.786,10	80.158,67	30.140,00
2º elemento de despesa	74.542,77	34.998,75	74.542,77	30.140,00	74.303,06	0,00	239,71	5.079,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	69.530,09	80.859,06	60.438,51
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	54.064,70	41.684,13	72.198,45
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	273.406,98	325.837,32	334.096,13

3.1. Publicidade	0,00		0,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	273.406,98	306.557,32	334.096,13
3.4. Outras Terceirizações	0,00	19.280,00	0,00
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	0,00	0,00	752,90
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	397.001,77	448.380,51	467.485,99

O aumento no valor da despesa com diárias ocorrido no exercício sob exame, deve ao aumento no valor unitário da diária, conforme Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009. A natureza das atividades desenvolvidas pela Polícia Rodoviária Federal se sobrepõe, mas não impedem o planejamento; pois, não raro surgem ocorrências ao longo de nossas rodovias que estão além daquilo que se pode prever, como exemplo manifestações populares, solicitações de apoio por parte dos demais órgãos da administração. Ressaltamos, ainda, que o estado de Roraima faz fronteira com a Venezuela e a Guiana Inglesa e faz divisa com o estado do Amazonas. De qualquer forma, o planejamento voltado à atividade fim é desenvolvido pelo Núcleo de Policiamento e Fiscalização, em nível regional, e pela respectiva coordenação, em nível nacional. Por seu turno, na área administrativa as despesas com diárias ocorrem de forma semelhante, com o desenvolvimento de atividades que foram previamente planejadas, quer em nível regional, quer em nível nacional, e aquelas extra planejamento.

Para atender aos deslocamentos que se fazem necessários ao longo do exercício, quer tenham motivação regional, quer nacional, esta Unidade vem mantendo, no decorrer dos exercícios, contrato com empresas especializadas no fornecimento de passagens e serviços correlatos.

Os serviços terceirizados se resumem a vigilância armada e limpeza e conservação, sendo maior a despesa com vigilância armada. A variação no volume executado a cada exercício deve-se à majoração salarial das categorias envolvidas, que a administração não pode se eximir de pagar, e que foram prévia e devidamente analisadas para que fossem processadas. Em 2008 também foi contratado o serviço de apoio administrativo.

No que se refere à execução de despesas através do Cartão de Pagamento do Governo Federal, por decisão da chefia desta Unidade á época, não foi concedido suprimento de fundos nos exercícios de 2007 e 2008, retomando a utilização de tal instituto no exercício de 2009, quando foi

realizada 01(uma) concessão de suprimento de fundos, para atender despesas de pequeno vulto, no valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correspondendo sua execução a 37,64% deste valor.

2.4.4. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
06	128	0663	2524	A	3	unidade	34	34	34	26.003,88	26.003,88	35.000,00
06	181	0663	2723	A	3	acidentes/ 1.000.000 veículos	5,83	4,83	5,20	155.182,59	155.182,59	xxx
						mortos/ 1.000.000 veículos	0,70	0,37	0,28			
06	181	0663	4290		3	unidade	300	200	300	6.500,00	4.975,94	6.500,00
06	181	0663	4526	A	3	% índice percepção segurança	73	100	76	10.195,95	10.195,95	xxx
06	452	0663	8692	A	3	unidade	5.000	8.485	5.000	260,00	260,00	xxx
06	181	0663	8703	A	3	% de ocorrências geradoras de ação de correição	20,00	86,36	20,00	3.000,00	1.974,52	5.000,00
06	122	0750	2000	A	3	xxx	xxx	xxx	xxx	591.298,09	591.298,09	0,00
06	126	0750	2003	A	3	xxx	xxx	xxx	xxx	584,90	584,90	0,00
06	183	1386	1835	P	3	unidade	1	1	xxx	34.360,20	34.360,20	0,00
06	181	1386	200G	P	3	unidade	1	1	1	30.140,00	30.140,00	80.000,00
06	181	1386	8698	A	3	% manutenção	80	65	90	40.000,00	33.288,66	50.000,00

Considerando a complexidade das atividades desempenhadas pela administração pública, inclusive nas áreas relacionadas a gestão de recursos, o volume de recursos disponibilizados a esta Unidade na ação 2524-Capacitação dos Servidores de Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no exercício sob exame poderia ser em maior volume para capacitar/aperfeiçoar aqueles que desempenham suas atividades nessa área.

Em que pese a escassez de recursos, todos os servidores policiais participaram de pelo menos 01 evento de capacitação, no exercício sob exame, conduzido por servidor lotado nesta Unidade. Em nível nacional, as metas são fixadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por intermédio de sua política de capacitação. Já no âmbito desta Unidade, verificada a oferta de

eventos de capacitação, busca-se junto ao DPRF/MJ, os recursos para atender a despesa que se pretende executar.

As metas físicas e financeiras das ações *2723-Policiamento Ostensivo das Rodovias e Estradas Federais* e *4526-Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais* são estabelecidas pela Coordenação Geral de Operações do DPRF/MJ, cabendo a esta Unidade cumprir a respectiva programação.

O resultado positivo da ação *8692-Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais* deve a natureza desta ação, uma vez que com uma única atividade, como por exemplo a realização de palestra, se consegue atingir um grande número de seu produto “pessoa capacitada”, influenciando positivamente em seu resultado. Em que pese a realização de comandos específicos para esta ação, a carência de efetivo impediu o pleno atingimento das metas previstas para a ação *4290-Atividades de Saúde nas Rodovias Federais*. Considerando que o programa *0750-Apoio Administrativo*, não possui produto e unidade de medida, não é possível o estabelecimento de metas para suas ações. No caso da ação *2000-Administração da Unidade* e da ação *2003-Ações de Informática*, os valores financeiros correspondem aqueles estritamente necessários para atendimento das demandas desta Unidade. Os recursos são previamente alocados a esta Unidade pelo DPRF/MJ, conforme sua a disponibilidade orçamentária e a solicitação da Unidade. Desta forma, os valores descritos a título de metas previstas e realizadas são coincidentes. No que se refere ao programa *1386-Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal*, foram feitas aquisições, através da ação *1835-Implantação de Sistema de Tecnologia da Informação*, de aparelhos de telefonia VoIP destinados otimização da comunicação em nível nacional. A utilização da telefonia VoIP faz parte política de modernização do Departamento de Polícia Rodoviária Federal a ser efetivada para todas as Unidades do DPRF/MJ, trazendo com reflexo, a redução de despesa com telefonia. Em que pese os esforços desta Unidade, este sistema de telefonia encontra-se em fase de teste, podendo seu pleno funcionamento ocorrer no exercício seguinte ao exercício sob exame. Através da ação *200G-Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal* foi instalado um poço artesiano no posto de policiamento e fiscalização Água Boa, localizado no km 492 da BR 174, para suprir a sua necessidade de consumo de água. O referido posto encontra-se estrategicamente localizado, sendo passagem obrigatória do tráfego pela BR 174, único acesso a região sul do estado de Roraima; de tal forma que sua utilização, inevitavelmente se traduzirá em resultados efetivos para as atividades desenvolvidas pela Polícia Rodoviária Federal. No entanto, há necessidade de melhorias em sua infraestrutura para o pleno funcionamento que está previsto para

ocorrer no exercício de 2010. Para o próximo exercício, prevemos a necessidade de realocação do Posto de Fiscalização 02 (Cauamé), localizado no KM 512 da BR 174, em Boa Vista – Roraima, devido as obras do contorno-oeste que farão com que o traçado da BR 174 sofra alterações. Assim, a atual localização do Posto 02 se tornará inapropriada para a finalidade a qual se propõe. Desta forma, foi enviado ao DNIT projeto executivo de Unidade Operacional Policial do nível II (projeto desenvolvido pelo DPRF), para que seja celebrado aditivo ao contrato de construção do contorno-oeste visando a construção do posto pretendido.

Por seu turno, através da ação *8698-Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação* efetivamos a contratação de empresas para a prestação do serviço de telefonia fixa local e longa distância e de transferência de dados para extração eletrônica de autos de infração. Encontramos dificuldades na contratação de empresa para a prestação do serviço de telefonia móvel, dentre as quais o reduzido número de empresas ofertando o serviço em comento nesta Unidade da Federação e por consequência insucesso em procedimento licitatório.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

1. Taxa de mortalidade nas rodovias federais:

Número de mortos 2008: 34		Número de mortos 2009: 22
INDICADORES	Metas da Portaria 030/CGO para 2009	RESULTADOS ALCANÇADOS NO 5ºDRPRF/RR
Taxa de Mortalidade	0,70 mortos / 1.000.000 veículos	0,37 mortos / 1.000.000 veículos

2. Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Número de acidentes 2008: 318		Número de acidentes 2009: 281
INDICADORES	Metas da Portaria 030/CGO para 2009	RESULTADOS ALCANÇADOS NO 5º DPRF
Taxa de Acidentes	5,83 acidentes / 1.000.000 veículos	4,83 acidentes / 1.000.000 veículos

* Frota Nacional considerada: 58.068.942 veículos (Fonte: DENATRAN – Set/2009)

3. Taxa de Sensação de Segurança nas Rodovias Federais

INDICADORES	METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2009	RESULTADOS ALCANÇADOS NO 5º DPRF
Sensação de Segurança	73,00%	100,00%*

* Conforme pesquisa realizada pela CGO/DPRF em 2009.

4. Indicador de Procedimentos de Fiscalização.

INDICADORES	Metas da Portaria 030/CGO para 2009	RESULTADOS ALCANÇADOS NO 5º DPRF
Procedimentos de Fiscalização	32.230 procedimentos	33,17 % *

* A meta é anual. Os resultados referem-se apenas ao 2º semestre quando foi implementado o índice.

PROGRAMA 1386 – ADEQUAÇÃO DOS POSTOS DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

METAS FÍSICAS - 100 % DOS POSTOS CONSIDERADOS ADEQUADOS

PROGRAMA 1386	
INDICADORES	
% de postos adequados Fisicamente	33,00%
% de postos adequados quanto a Tecnologia da Informação	11,11%
% de postos adequados quanto a Viaturas	33,00%
Icaif (33,00+11,00+33,00)/3	26,00%

* Dados apresentados pelo DPRF/MJ

COMPARATIVO 2008/2009			
INDICADORES	2008	2009	VARIAÇÃO
% de postos adequados Fisicamente	25%	25,00%	0,00%
% de postos adequados quanto a Tecnologia da Informação	11%	11,11%	1,00%
% de postos adequados quanto a Viaturas	66,67%	66,67%	0,00%

Ainda que promovêssemos as melhorias necessárias ao Posto de Policiamento e Fiscalização 03 – km 492 da BR 174, a efetividade na atuação da Polícia Rodoviária Federal no atendimento à população, não seria proporcional à adequação de sua infra-estrutura, haja visto o reduzido número de policiais lotados nesta Unidade para ocupar dois Postos de Policiamento e Fiscalização que passariam a funcionar.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.2. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A composição dos recursos humanos do 5º DRPRF/RR é a apresentada no quadro a seguir, onde se contempla as lotações efetiva, autorizada e a ideal.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS			
REGIME DO OCUPANTE DO CARGO	LOTAÇÃO EFETIVA	LOTAÇÃO AUTORIZADA	LOTAÇÃO IDEAL
Estatutário	42	42	161
Próprios	42	42	161
Requisitados	0	0	0
Celetista	0	0	0
Cargos de livre provimento	0	0	0
Estatutário	0	0	0
Não Estatutários	0	0	0
Terceirizados	9	9	21
TOTAL	51	51	343

Analiticamente, a composição da lotação efetiva se apresenta da seguinte forma:

Unidades Operacionais	Situação	LOTAÇÃO EFETIVA					
		Estatutários Próprios		Terceirizados			
		PRF	Servidor Administrativo	Vigilância	Limpeza	Apoio Administrativo	Estagiário
P01	Inativo	0					
P02	Ativo	15			1		
P03	Inativo	0		2			
PA em Bonfim	Inativo	0					
PA em Pacaraima	Inativo	0					
GOE	Inativo	0					
CIOP	Ativo	4					
TOTAL ATIVIDADE FIM		19	0	2	1	0	0
Gabinete							
Chefe do Distrito		1					
Secretaria			1				
Apoio Técnico		2					
Inteligência		0					
Comunicação Social		0					
NAF							
Chefe de Núcleo		1					
NUOFI		1					
Licitações		1					
Frota		1					
SAP		1					
Informática		1					
Protocolo e Documentação			2				
NPF							
Chefe de Núcleo		1					
Multas e Penalidades		1					
Acidentes		1					
Apoio Administrativo			2				
NAP							
Chefe de Núcleo		1					
Legislação		1	1				
Capacitação							
Serviço Médico			1				
Apoio Administrativo			1				
NCAI							
Chefe de Núcleo		1					
Assuntos Internos		0					
Apoio Administrativo							
TOTAL ATIVIDADE-MEIO		15	8	4	2	0	0
TOTAL GERAL		34	8	6	3	0	0

Já a composição analítica da lotação ideal seria:

Unidades Operacionais	Situação	LOTAÇÃO IDEAL					
		Estatutários Próprios		Terceirizados			
		PRF	Servidor Administrativo	Vigilância	Limpeza	Apoio Administrativo	Estagiário
P01	Ativo	23			1		
P02	Ativo	23			1		
P03	Ativo	23			1		
PA em Bonfim	Ativo	23			1		
PA em Pacaraima	Ativo	23			1		
GOE	Ativo	10					
CIOP	Ativo	5					
TOTAL ATIVIDADE FIM		130	0	0	5	0	0
Gabinete							
Chefe do Distrito		1					
Secretaria			1				
Apoio Técnico			1				
Inteligência		3					
Comunicação Social		1	1				1
NAF							
Chefe de Núcleo		1					
NUOFI		1					
Licitações			2				
Frota		1	1				1
SAP			1				1
Informática		2					1
Protocolo e Documentação			2				2
NPF							
Chefe de Núcleo		1					
Multas e Penalidades		1					
Acidentes		1					
Apoio Administrativo			1				2
NAP							
Chefe de Núcleo		1					
Legislação		1					
Capacitação			1				
Serviço Médico			1				
Apoio Administrativo			1				1
NCAI							
Chefe de Núcleo		1					
Assuntos Internos		1					
Apoio Administrativo			1				1
TOTAL ATIVIDADE-MEIO		17	14	4	2	0	10
TOTAL GERAL		147	14	4	7	0	10

No quadro a seguir, expomos a composição e os custos de recursos humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009

QUADRO PRÓPRIO

TIPOLOGIA	QTD	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	49	3.186.784,00	41.260,83	483.265,67	125.629,71	93.230,37
2008	44	2.983.917,22	45.532,61	531.715,69	109.713,00	77.956,09
2009	42	3.153.637,56	48.222,77	550.429,43	113.693,66	76.505,56
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA

QUADRO TERCEIRIZADOS

Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	QTD	CUSTO	QTD	CUSTO	QTD	CUSTO	QTD	CUSTO
2007	14	273.406,98	4	1.000,00	0	NA	8	18.309,64
2008	14	306.557,32	4	24.100,00	0	NA	6	1.269,80
2009	9	334.096,13	0	NA	0	NA	0	1.265,60

Para preenchimento do quadro de pessoal próprio acima, tomou-se as seguintes classificações contábeis extraídas do Demonstrativo de Despesa com Pessoal no SIAPE:

Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
3.3190.11.01	3.3190.11.05	3.3190.11.31	3.3190.11.04	3.3190.08.05
3.3190.11.07	3.3190.11.33	3.3190.11.43	3.3190.11.09	3.3190.08.09
3.3190.91.27	3.3190.16.32	-	3.3190.11.10	3.3390.08.55
3.3190.91.32	-	-	3.3190.11.37	3.3390.46.01
-	-	-	3.3190.11.45	3.3390.49.01
-	-	-	3.3190.11.46	-

A atividade-fim da Polícia Rodoviária Federal só pode ser exercida por servidor concursado, sendo vedada sua terceirização.

Não há indicadores gerenciais sobre recursos humanos na Unidade no ano de 2009.

A missão organizacional da Polícia Rodoviária Federal no estado de Roraima é grandiosa pois está relacionada ao policiamento e a fiscalização ao longo da faixa de domínio das rodovias federais que cortam o estado. São 06 (seis) BR's 174, 210, 401, 431, 432 e 433, totalizando 1.942 quilômetros de extensão, além de 02 duas fronteiras (Venezuela e Guyana) e 03 (três) divisas, sendo uma com o estado do Pará (BR 210) e duas com o estado do Amazonas (BR's 174 e 210). Óbvio, portanto, que para ser cumprida, necessita de pessoal humano na quantidade e na qualidade apropriados.

Entretanto, conforme demonstrado no quadro III, a quantidade de servidores foi durante todo o ano de 2009 insuficiente para a consecução de sua missão institucional. É oportuno destacar que essa situação vem se repetindo ano a ano, desde a sua criação no estado de Roraima, em meados do quarto trimestre de 1997.

São 34 Policias Rodoviários Federais, quando o ideal seria 147 conforme quadro III. Isto é, a Unidade funcionou e ainda funciona com 23,13% do efetivo ideal.

Há ainda o agravante que é a baixa quantidade (8 ao todo, quando o ideal seriam 14) e a limitada qualidade dos servidores administrativos, tornando imperiosa a remoção de policiais da área-fim para compor a área-meio. Ou seja, dos 34 lotados na Regional, 15 trabalharam na área-meio e 19 na área-fim.

Segundo dados colhidos do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, a média diária de policiais na atividade-fim em 2009, descontando férias, licenças etc, foi de 3,40, quando a média ideal seria de 32,50.

Diante de tão alarmantes números, não temos dúvida ao afirmarmos como insuficiente o efetivo de Policiais Rodoviários Federais para cumprir com sua missão organizacional no estado de Roraima.

Quando analisamos o desempenho funcional dos policiais da atividade-fim, constatamos que, de um modo geral, o desempenho foi satisfatório, No entanto, é relevante destacar que poderia ter sido melhor, não fosse a influência negativa acarretada pelos seguintes aspectos: 1) a sensação de estar exposto excessivamente ao perigo de vida devido à carência de efetivo, pois, não raro, só havia 01 (um) policial de plantão para atender as ocorrências, cuidar do posto, dos bens da União e de terceiros recolhidos no pátio do posto; 2) a insatisfação de alguns com as carências estruturais do posto, a destacar a qualidade da água servida nas torneiras, a existência de goteiras, a falta de um sistema de vigilância eletrônica no posto e o pouco alcance do rádio de comunicação; e 3) a insatisfação de alguns com as carências estruturais da região (o que foge ao domínio da Administração), notadamente na saúde e no transporte aéreo, já que a maioria é procedente de outros estados da federação. Todos esses fatores agiu de forma desfavorável sobre o clima organizacional da Unidade, o que provavelmente ensejou certa desmotivação nos policiais, e que, inevitavelmente, influenciou no desempenho funcional destes. Uma evidência disso é o significativo número de atestados médicos ocorridos em 2009.

Quanto ao desempenho funcional do servidores administrativos, o que encontramos não é nada animador. Todos os 08 (oito) servidores são do ex-território de Roraima e que entraram no serviço público sem concurso, antes de promulgada a Constituição Federal de 1988. A maioria ocupa cargos de nível de 1º grau. O que se observa são servidores desmotivados e sem o preparo ideal para o serviço público.

Nesse contexto, para bem cumprir sua missão organizacional no estado de Roraima, mister se faz a adoção urgente das seguintes medidas, S.M.J., sem prejuízo de outras não citadas aqui:

a) contratação via concurso público de 104 novos policiais;

- b) contratação via concurso público de 08 servidores administrativos de nível superior, notadamente de 02 administradores, 01 jornalista, 02 bacharéis em direito, 01 contador, 01 psicólogo e 01 Bacharel em Educação Física;
- c) contratação de 10 estagiários, sendo 01 de jornalismo, 02 de direito, 01 de informática, 01 de arquivologia e 05 de nível médio;
- d) adoção de políticas de pessoal voltadas à valorização, ao resgate da motivação e a obtenção da auto-estima dos servidores administrativos; e
- e) adoção de políticas de pessoal voltadas à fortalecer a união entre os policiais;

4. INSCRIÇÕES E PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR – EXERCÍCIO DE 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	358.314,02	Não se Aplica		
2008	247.345,88	14.835,36	227.571,42	4.939,10
2007	281.159,98	1.212,60	250.287,13	29.660,25

Observações: Os valores inscritos em Restos a Pagar não Processados no exercício de 2007 tiveram sua validade prorrogada até 31/12/2009, conforme artigo 1º do Decreto 6.708, de 23 de dezembro de 2008.

Como forma de reduzir o saldo nas contas de restos a pagar, ao se iniciar o exercício seguinte ao da inscrição, busca-se junto aos fornecedores a disponibilização das respectivas aquisições e em seguida é realizada sua liquidação e pagamento. No entanto, tem-se verificado que algumas empresas fornecedoras de bens se referem à localização geográfica desta Unidade da Federação como óbice à entrega das aquisições, afirmando que o valor do frete a ser pago desequilibra a relação custo benefício. Também compõe o saldo de restos a pagar não processados os valores correspondentes aos pagamentos a serem efetuados referentes a bens/materiais recebidos por esta Unidade e que se encontravam com as especificações em desacordo com aquelas firmadas no momento da aquisição e que foram devolvidos para que fosse providenciada a devida substituição.

Verifica-se que total dos valores inscritos em restos a pagar quando comparado ao montante executado no exercício sob exame não afeta a execução financeira desta Unidade. Da mesma forma, a soma dos valores de restos a pagar não processados inscritos nos exercícios de 2007 e 2008 e que se encontra pendente de pagamento corresponde a apenas 6,54% do valor total que foi inscrito nos referidos períodos.

Em 2009 houve um volume maior de compras através registros de preços promovidos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos quais esta Unidade figurou como participante, o que refletiu no aumento de restos a pagar inscritos no referido exercício.

De maneira geral, o maior volume das inscrições em restos a pagar ocorre em virtude da liberação de recursos que invariavelmente ocorre próximo ao final de cada exercício, por conseguinte, também ocorre aumento na quantidade de aquisições na mesma época do ano, de tal forma que o prazo para que os respectivos fornecedores cumpram suas obrigações ultrapassa o mesmo exercício da

compra - note que esta Unidade está localizada no extremo norte do Brasil, o que implica no aumento do saldo da conta de restos a pagar.

5. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS – EXERCÍCIO 2009.

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente									
200232		5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Fim	
1	514724	02777249000133	165.119,60	15.569,80	57.728,96	1.537,20	22/12/04	23/11/09	5

As transferências de recursos desta Unidade no exercício sob exame refere-se à convênio para concessão de bolsa de estágio para alunos regularmente matriculados em rede de ensino. O valor despendido por esta Unidade, no exercício sob exame, refere-se à despesa com taxa administrativa para a manutenção do referido estágio, sendo a despesa correspondente à concessão da bolsa de estágio atendida pelo DPRF/MJ. O convênio acima identificado teve seu termo final em 23/11/2009. Frente a carência de efetivo lotado nesta Unidade, a disponibilização de estagiários desenvolvendo atividades administrativas é de grande importância para a otimização e racionalização do tempo de serviço, uma vez que atividades administrativas, que embora sejam simples, demandam tempo e podem ser desenvolvidas por estagiários, de tal forma que os servidores efetivos podem direcionar seus esforços para atividades com maior grau de complexidade. Via regra interna, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal disponibilizou a esta Unidade um número de 06(seis) vagas de estágio, sendo 05(cinco) para nível de ensino médio e 01(uma) para nível de ensino superior. Considerando as vantagens para a administração em ao dispor de estagiários, é de interesse da Unidade e está previsto para 2010 a manutenção do referido estágio.

6A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

Não houve ocorrências no período.

6B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não houve ocorrências no período.

Registramos o recebimento, através do Ofício nº 781/2009-TCU/SECEX-RR, a Representação da Unidade Técnica SECEX/RR – TC nº 013.016/2009-1 que trata de possível irregularidade na contratação de serviço terceirizado.

7. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.

Não houve ocorrências no período

8. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.**DECLARAÇÃO****NÚCLEO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Denominação completa (UJ):	Código da UG:
5ª DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RR	200232

Declaramos que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o artigo 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Local	Boa Vista-RR	Data	15 de março de 2010
--------------	--------------	-------------	---------------------

9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.**DECLARAÇÃO DO CONTADOR****DECLARAÇÃO COM RESSALVA**

Denominação completa (UJ):	Código da UG:
5ª DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RR	200232

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n°	DF 9.261/O-7